

A QUESTÃO DA CENTRALIDADE URBANA NUMA CIDADE MÉDIA PAULISTA: BAURU - SP

Wilson Martins Lopes Júnior ¹

Resumo

Na análise da centralidade urbana nota-se a interdependência entre dinâmicas que envolvem a estruturação interna das cidades, desde a nova localização dos equipamentos de comércio e de serviços, o uso do automóvel, como também outros aspectos presentes, não somente em metrópoles e grandes centros, mas também, em cidades médias. Existe a necessidade de analisar as especificidades do processo de redefinição da centralidade, ou seja, seus desdobramentos, suas dimensões, localizações e outros aspectos que favoreçam o seu entendimento em cidades de porte médio.

Diante do exposto esta pesquisa objetiva estudar a (re) produção do espaço urbano discutindo a questão da centralidade na cidade de Bauru SP. Assim, busca-se compreender a formação das centralidades e os seus desdobramentos numa cidade média do interior paulista.

Para tanto privilegiou-se as seguintes formas de pesquisa: teórica, empírica e histórica. No que diz respeito ao crescimento da cidade e o desenvolvimento urbano a fase histórica tem como diretriz a relação tempo - espaço.

A discussão teórica partiu da questão do espaço para compreender a (re) produção do espaço urbano como a sua territorialidade - centralidade.

Na questão específica do método, enquanto procedimento amplo de raciocínio, notou-se inevitavelmente a necessidade de considerar o espaço geográfico, aprofundando a sua discussão. Uma pesquisa de caráter geográfico que trata da temática urbana considerando toda sua dinâmica e complexidade necessita considerar o espaço.

1. Introdução

A cidade e o urbano são temas de estudos de diferentes profissionais como sociólogos, arquitetos, economistas e geógrafos. Os enfoques são os mais diversos, como também as posturas teórico - metodológicas.

¹ IG - Instituto de Geociências da UNICAMP
(wjunior@ige.unicamp.br)

Existem muitas definições ou caracterizações para a cidade, que juntamente com o urbano recebe influências das mais diversas, o que caracteriza perfis de acordo com sua situação no tempo e no espaço.

A cidade é cenário de compra, venda, exploração, decisões, poder, embarque, desembarque, passagem, construção, desconstrução, cultura, desejos e do simbólico, entre outros inúmeros pontos que marcam a sua complexidade e instigam seu estudo e tentativa de compreensão.

Para interpretar a cidade, faz-se necessário considerar a sua dinâmica de produção e o seu crescimento através das transformações no processo de urbanização. Para tanto, deve-se levar em conta o processo de (re) produção do capital e obviamente toda a sociedade e o seu cotidiano.

Levando-se em conta a dinâmica do desenvolvimento da cidade na história, é necessário compreender os elementos que configuram a produção do espaço urbano e sua (re) estruturação. Desta forma, identificam-se e avaliam-se as áreas de concentração do espaço urbano, ou seja, a centralidade.

As mudanças na organização espacial das cidades mostram o surgimento de novas áreas com expressivas atividades comerciais, de serviços e todo um fluxo que expressa a centralidade. Neste processo, ocorre a descontinuidade do território da cidade e a criação destes novos espaços que representam a fragmentação da cidade.

Desta forma, tem-se a produção de espaços interiores na cidade com suas funções específicas como produção, consumo, moradia, e outras que influem no valor destas áreas, de acordo com sua característica ou tipo de atividade. Assim, criam-se vários centros com funções distintas evidenciados primeiramente em metrópoles e grandes cidades e num segundo momento em cidades médias contrapondo-se a antiga cidade (pequena), com centro único.

No caso desta pesquisa objetiva-se estudar a (re) produção do espaço urbano discutindo a questão da centralidade na cidade de Bauru SP. Deste modo, busca-se compreender a formação das centralidades e os seus desdobramentos numa cidade média do interior paulista.

A compreensão destas novas áreas de concentração ou centralidade está intimamente relacionada à análise dos processos envolvidos na (re) produção do espaço urbano e na sua reestruturação. Através de estudo deste tema obtém-se compreensão de aspectos relacionados à formação sócio-espacial que podem contribuir, por exemplo, na implementação de políticas públicas.

Faz-se necessário expor que na discussão desta importante temática geográfica, muitos aspectos serão abordados, dentre eles a configuração espacial produtiva; a atuação de diferentes agentes na configuração do espaço urbano; o processo de urbanização; as implicações sócio-espaciais da valorização do solo urbano; a dinâmica de desenvolvimento da cidade capitalista, levando-se em consideração a inserção da cidade no contexto mundial.

2. Revisão de Literatura

Neste item a temática centralidade é apresentada junto de alguns referenciais teóricos essenciais à esta pesquisa. Deste modo produz-se uma síntese da bibliografia fundamental iniciando-se com a apresentação do conceito de espaço geográfico juntamente de algumas considerações. Na seqüência o texto está estruturado da seguinte forma: centralidade; centro-periferia; cidades médias; planejamento e gestão.

2.1 - Espaço geográfico

Nesta pesquisa, o tema centralidade urbana, necessita da apresentação e da definição do conceito de espaço geográfico por nós trabalhado que fornecerá subsídios para a discussão do tema em questão. Isso porque a questão da centralidade trás implícita as dinâmicas sócio-econômicas da urbanização que repercutem na cidade e por conseguinte no espaço geográfico.

O conceito espaço geográfico permite compreender os elementos que configuram a produção e (re) estruturação do espaço urbano e conseqüentemente chega-se a questão da centralidade. Para tanto, será adotado o conceito apresentado pelo professor Milton Santos como referência para esta pesquisa. Suas obras subsidiaram a compreensão do referido conceito, destacando-se: *A natureza do espaço técnica e tempo - razão e emoção*.²

" O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá." (SANTOS, 2002, p. 63)

Com base na citação, entende-se que o espaço possui sistemas de objetos e sistemas de ações que se relacionam concomitantemente de diferentes maneiras, explicitando a dinamicidade espacial.

² A obra em seu todo revela-se um instrumento para análise do espaço geográfico diante de suas mudanças, principalmente num mundo globalizado onde explicitam-se questões de ordem global e local. Também possibilita a reflexão teórica sobre questões geográficas que auxiliam o leitor na compreensão da teoria geográfica. Assim, esse livro caracteriza-se por auxiliar na construção de um

Desse modo, pode-se ressaltar a importância dos sistemas de objetos e sistemas de ações que, através de sua interação - solidária e contraditória - propiciam a dinâmica espacial. Mas para a compreensão desta dinâmica do espaço faz-se necessário considerar a noção de tempo, pois são justamente os processos que ocorrem na história que caracterizam as formas espaciais.

Especificamente no caso dos sistemas de objetos a atenção deve centrar-se na distinção entre coisas e objetos. Neste sentido, o homem e suas intenções sociais constituem-se nos responsáveis pela transformação de 'coisas', que a princípio são naturais, para objetos (sociais).

Seguindo esse raciocínio, cada vez menos existem 'coisas' diante de sua utilização pelo homem a partir de suas práticas sociais, em determinado momento histórico. Ou seja, ocorre a transformação da natureza (coisas), em sistema de objetos. Assim, conforme Santos (1998:90), "os objetos não são as coisas dados naturais; eles são fabricados pelo homem para serem a fábrica da ação".³

Merece ênfase que de acordo com Santos (2002:73), o espaço geográfico é constituído por objetos de forma contínua, sendo que todos estes sem exceção devem ser considerados pelos geógrafos como dados que permitem a compreensão de sua realidade. Ou seja, o geógrafo deve privilegiar toda a população de objetos como sistemas, seja no passado ou no futuro, pois sua combinação (interação) apresenta um conjunto de características que permitem análise atual e também retroativa através de sua funcionalidade.

Nesta importante questão soma-se na atualidade a dimensão técnica. Ocorre que hoje os objetos são criados para atender a uma função muito específica - intencionada. De acordo com Santos (2002:213-232), a produção de objetos inicia-se com a base intelectual (científica), isto ainda em sua concepção e também com a base técnica, devido a sua estrutura. Mas tem-se também o caráter informacional, pois existe uma finalidade, ou seja, objetiva-se um trabalho específico (preciso) que é e por sua vez também recebe informações. Portanto, o objeto no período atual, mostra-se: científico-técnico-informacional. Desta forma, o objeto técnico se insere no sistema de objetos.⁴

caminho teórico-metodológico, onde desenvolve-se uma proposta de abordagem do espaço geográfico. Portanto, propõem uma forma de leitura do espaço geográfico.

³ Apenas para ilustrar, os objetos, ou melhor, os sistema de objetos é composto por rodovias, aeroportos, portos, cidades, etc.

⁴ Essa questão compreende outros importantes aspectos ou variáveis que refletem diretamente no espaço geográfico. Para maiores informações ver: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.;

No que diz respeito aos sistemas de ações, em sua compreensão, tem-se o homem que ao definir um objetivo executa uma determinada ação para que possa conseqüentemente atingi-lo. Assim, a ação é um processo com objetivo próprio, ou seja, decorrente de necessidades do homem.

De acordo com o exposto, as ações e os objetos, enquanto sistemas, estão envolvidos numa relação *solidária e contraditória*, como definiu Santos. Assim, centrando-se especificamente no conceito de espaço nota-se sua característica dinâmica como também a capacidade de transformação, que tem na relação sistemas de objetos e sistemas de ação a sua existência. Entretanto, nesta importante questão merece ênfase que tanto os sistemas de objetos como os sistemas de ações passam a adquirir com o tempo caráter de artificialidade significativo devido as condições técnicas e as intenções sociais.

"O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes. (...) Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma."
(SANTOS, 2002, p. 63)

Portanto, os objetos podem ser naturais ou artificiais, sendo que os primeiros vêm sendo substituídos cada vez mais pelos segundos. Assim, nota-se o vínculo existente entre sistemas de objetos e sistemas de ações uma vez que os objetos são cada vez mais criados e/ou modificados pelas ações.

Nesta perspectiva, o contexto atual confere ao espaço uma quantidade de técnicas e intenções sociais que altera rapidamente a relação sistemas de objetos - sistemas de ações dando-lhes carga de inovação (artificiais), respondendo ao âmbito global, mas estranho ao lugar específico.

Nesta importante questão, em especial no urbano, são os elementos que configuram a produção do espaço urbano e sua (re) estruturação que possibilitam a análise da concentração do espaço urbano e conseqüentemente da centralidade.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

Mas na compreensão da questão da centralidade é necessário definir de que forma o espaço é modificado em virtude das interferências em nível global e local considerando-se inclusive a atuação do capital e do Estado.

No estudo da centralidade, em especial no caso das cidades médias, a questão do local pode revelar significativa particularidade, isto porque esse fenômeno é mais explícito e pesquisado em grandes cidades e metrópoles. Portanto, em cidades médias que apresentem no contexto atual aspectos deste processo, certamente suas particularidades (local) merecem ser reveladas.

2.2 - Centralidade

Discutir a relação entre centro – centralidade, verificando as mudanças nas áreas centrais através de análise de redefinição da centralidade intra-urbana (centralidade e descentralização territorial), orientam a realização desta pesquisa.

Neste caso em especial, a abordagem da centralidade será concentrada, principalmente, na escala territorial intra-urbana, enfocando as suas formas de expressão territorial e espacial. Merece destaque, uma outra possibilidade de análise referente a questão das redes urbanas, ou seja, relacionando a cidade em estudo com outras cidades numa dimensão em escala inter-urbana.

Através de estudos que tratam da urbanização, observa-se que as áreas centrais das cidades passam por processo de crescimento que evidencia a produção de novas expressões da centralidade (desdobramento da área central, subcentros, *shoppings-centers* e hipermercados), e que provocam repercussões socioespaciais. Inclusive as alterações socioespaciais constituem-se elemento de suma importância ao poder público municipal na esfera do planejamento urbano.

A multiplicação, e conseqüente diversificação, dessas novas centralidades é provocada pela (des)centralização vinculada à uma estrutura urbana em processo no capitalismo.

As atividades que compõem as novas formas de centralidade correspondem ao comércio e à prestação de serviços que apresentam-se descentralizados, como também, centralizados. Deste modo, explicita-se a produção de uma nova dinâmica econômica territorial, como também, uma nova espacialização urbana, ou seja, a ocorrência de processos espaciais.

Na questão que se refere aos processos espaciais e a cidade, isto é, na organização e reorganização do espaço da cidade, Côrrea (1997), realiza importante contribuição, inclusive reportando-se a outros autores como: Harvey, Castells, Form, entre outros. Para

tanto o referido autor apresenta os seguintes processos espaciais: centralização; descentralização; coesão; segregação; invasão-sucessão e inércia.⁵

Precisa ser destacado que os processos espaciais mencionados por Côrrea referem-se primeiramente as metrópoles modernas e também localizadas em países capitalistas em grau avançado. No entanto, para compreensão dos processos espaciais em diferentes cidades este conteúdo é valioso, além de que especificamente sobre o objeto de estudo deste projeto (a questão da centralidade urbana), outros autores apontam sua ocorrência em cidades médias.

Côrrea (1997), realiza nova contribuição quando destaca que ao estudar a cidade com o objetivo específico de focar o espaço urbano, o geógrafo pode realizar diferentes abordagens. No entanto, é necessário considerar a existência das seguintes características ou momentos do espaço: fragmentado e articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e de lutas. Essas características se complementam e possibilitam diferentes visões de estudo do espaço urbano. Portanto, nesta pesquisa sobre centralidade urbana haverá inevitavelmente o enfoque no espaço urbano e serão consideradas as características apontadas acima uma vez que favorecem a análise, para a compreensão do objeto de estudo que esta pautado no espaço urbano.

Para compreensão do centro e das novas expressões da centralidade - desdobramento da área central, subcentros, *shoppings-centers* e hipermercados - a sua análise deve ser focada no processo de estruturação urbana sob o capitalismo. Isso porque, apenas observar características como forma e conteúdo, da nova espacialidade do centro e das novas centralidades, não é suficiente; uma vez que essas formas espaciais são também expressões do processo de divisão técnica e social do trabalho.

No processo de estruturação urbana os meios de produção, a gestão e a força de trabalho estão concentradas de modo a revelar a interdependência entre esses elementos, como também, entre os trabalhadores e os meios de consumo que lhes são necessários. Portanto, observa-se toda uma concentração econômica, social e espacial com a interdependência entre estes diferentes elementos que constituem a estrutura urbana de uma cidade. Sendo assim, o centro e as novas centralidades, surgem como novos pontos, ou formas, no espaço urbano.

O estudo do centro, e das formas de expressão da centralidade urbana, representa temática também significativa na compreensão do processo de produção e estruturação das

⁵ No decorrer deste texto, de acordo com a necessidade, alguns dos processos espaciais apresentados por Côrrea serão utilizados.

cidades. Nesta questão urbana temas geográficos como escala, território e espaço são imprescindíveis à análise da cidade.

A análise da produção e estruturação das cidades, bem como da discussão centro - centralidades, necessita inicialmente de uma abordagem sobre a questão do centro. Esta análise, inclusive, possibilita a compreensão sobre o crescimento espacial das cidades.

O centro da cidade apresenta certa complexidade física e humana que o diferencia do seu entorno, como de outros setores da cidade. Numa cidade pode coexistir vários centros com grau expressivo de concentração de comércio e prestação de serviços. No entanto, deve-se destacar que não obrigatoriamente o centro corresponde ao ponto central geográfico da cidade, ou seja, estar localizado no local inicial onde a cidade se originou.

"O 'centro' da cidade se caracteriza por uma paisagem arquitetural e humana muito mais complexa que nos setores precedentes. Além do mais sua localização não é necessariamente central (...)

Nos países subdesenvolvidos suas características mais marcantes são a de constituir o nódulo principal da rede de vias urbanas (quanto a este ponto, pode haver vários centros de uma mesma cidade) e de apresentar uma forte concentração de serviços de todos os níveis, especialmente comércios." (SANTOS, 1981, p. 181)

Ainda com relação ao centro é significativo definir seu papel de convergência e divergência de fluxos, ou seja, para onde concentra-se toda uma quantidade de circulação do sistema urbano. O centro é um ponto de referência na cidade que polariza atividades econômicas, principalmente comerciais e financeiras, possibilitando movimento de pessoas, produtos e dinheiro. Deste modo, os centros executam, ou melhor, concentram o consumo e bens de serviços.

Segundo Côrrea (1997) a área central corresponde ao que ele próprio chama de centralização. A centralização é redefinição do capitalismo industrial e a sua economia de mercado através do comércio atacadista, depósitos, indústrias e serviços que foram se expandindo e evoluindo. A centralização corresponde a área central onde concentram-se as principais atividades comerciais e de prestação de serviços. Neste processo foi imprescindível a acessibilidade, ou seja, o acesso propiciado pelos setores de transporte interurbano e intra-urbano.

Uma outra expressão no espaço urbano relacionado a temática centralidade é o desdobramento da área central. Segundo Spósito (1991) o desdobramento da área central compreende algumas atividades do centro principal com certa especialização. Sendo que

não são áreas contínuas ao centro principal ou subcentros, porém, são próximos contornando o centro e apresentando-se como eixos compostos de atividades centrais especializadas.

A esse mesmo processo espacial Côrrea (1997) denomina de Coesão, mas é também conhecido como economias de aglomeração e corresponde a aglomeração ou coesão das lojas do setor varejista no centro da cidade. Isso para que com essa aglomeração obtenha-se algumas vantagens e atraia para esse local quantidade maciça de consumidores. O processo de coesão favorece o surgimento de áreas especializadas, seja no centro tradicional, como também em áreas não centrais expressa em ruas ou avenidas especializadas em atividades como de saúde, autopeças, outros. Ocorre também esse mesmo processo em distritos. Deve-se destacar que a cidade ganha em complexidade urbana com o processo de coesão que pode ocorrer simultaneamente com o de centralização e descentralização.

Após o centro e o desdobramento da área central tem-se os subcentros que geralmente não são próximos ao centro tradicional, mas concentram muitas das mesmas atividades. Os subcentros como o próprio centro são identificados por constituírem-se em áreas onde ocorre a circulação e as trocas de mercadorias e de dinheiro.

Conforme Côrrea (1997) diminuindo o grau de centralização ocorre a descentralização que favorece o surgimento dos chamados subcentros. No entanto, deve-se destacar que é um processo e não uma relação "causal". A descentralização surge para diminuir a centralização esse processo é expresso na distância entre as novas áreas ocupadas e a área central. O acesso dessas outras áreas periféricas ao centro passa a ser mais fácil ou rápido, deste modo, nota-se o surgimento de subcentros comerciais ou até mesmo industriais. Também percebe-se que firmas descentralizam-se por diferentes razões com a competição refletindo na formação de subcentros.

Sobre os subcentros, Spósito (1991) explica que a sua localização na maioria das vezes é distante do centro e sua origem pode estar em núcleos urbanos que a cidade incorporou, sendo que os subcentros concentram as mesmas atividades do centro principal, porém, com menos atividades especializadas.

Ainda com relação aos subcentros, Villaça (1998) contribui ao destacar que: "O subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar."

Deste modo o subcentro é uma reprodução em dimensão menor do centro tradicional concentrando grande parte das atividades que servem à população de um setor da cidade. Portanto, com o crescimento das cidades e o adensamento dos bairros mais distantes do

centro que passam a concentrar população e atividades econômicas, principalmente comércio e serviços destacam-se os subcentros para a população local.

Um outro elemento que influi diretamente na questão centralidade e trás à discussão a relação centro-periferia são os *shoppings-centers* e hipermercados. Juntos os *shoppings-centers* e hipermercados impulsionam a produção de novas centralidades, ou seja, modificam a configuração espacial urbana, isto por se instalarem na maioria das vezes em áreas não ocupadas anteriormente.

A lógica em suas localizações está envolvida com interesse fundiário e imobiliário, entre outros, e pode ser identificado através dos novos fluxos dentro da cidade.

De acordo com Pintaudi in Pintaudi e Frugoli Júnior (1992) no caso dos *shoppings-centers* devido o investimento imobiliário ser muito grande o fator localização é imprescindível para a reprodução do capital (financeiro - imobiliário). Mas para que todo esse investimento seja compensado é necessário o capital comercial das lojas âncoras, de departamentos, *boutiques*, e outras que devem atrair e formar um mercado consumidor.

É comum notar os *shoppings-centers* como também hipermercados localizados próximos de rodovias ou áreas de acesso à cidades, isso para atrair a população de cidades da região, como também a população de passagem, a ter acesso as compras. Essa questão estratégica de localização tem relação direta com a centralidade, pois os centros e subcentros comerciais sentem reflexo da instalação dos *shoppings-centers* que representa a concentração territorial do comércio.

"O SC é uma das formas através das quais se vê expressa a produção monopolista do espaço. Isso significa dizer que ele não é fruto do prolongamento, da expansão comercial de um lugar, mas antes fruto de uma ruptura com o virtual destino de um lugar . Os SC não são implantados em locais tradicionalmente comerciais, a não ser eventualmente, quando as condições o permitem, e essa localização não é condição necessária. Isso nos coloca também diante do problema da centralidade.

A partir do uso do automóvel, o centro da cidade é colocado em questão. Antes de mais nada ele se pulveriza ... Reorganiza-se, desde então, o espaço dessa cidade, surgindo centro especializados - de compras, de decisão, financeiros. " (PINTAUDI, Silvana Maria. O Shopping Center no Brasil. In: PINTAUDI; FRÚGOLI JÚNIOR, 1992, p. 42-3)

Nota-se que a localização para os shoppings-centers é elemento imprescindível no estudo de sua implantação e conseqüente investimento. Neste sentido a acessibilidade intencionada em sua localização está intimamente relacionada ao uso do automóvel e de vias de rápido acesso para atingir o mercado consumidor.

Para compreender essas questões e a reorganização espacial provocada pela instalação dos shoppings-centers, como também as centralidades, é necessário discutir a relação centro-periferia que será realizado mais adiante.

É importante destacar que devido ao aumento da concentração econômica e, conseqüentemente, do consumo exigido pelo sistema econômico, o centro e as centralidades - desdobramento da área central, subcentros, shopping-centers, hipermercados - expressam a divisão técnica e social do trabalho que se reflete na separação socioespacial. Desta forma, ocorre que as atividades tradicionalmente centrais, deslocam-se de seu local originário (descentralizam-se), e (re) localizam-se em novos pontos, ou seja, em novas centralidades, inclusive especializando-se de modo a propiciar a segregação urbana na relação centro - periferia.

2.2.1 - Centro - periferia

A relação centro-periferia é questão relevante no estudo centro - centralidades uma vez que a morfologia urbana é alterada diante da definição de novas centralidades e a formação de outras periferias. A cidade através de seu tecido urbano possui uma dinâmica contraditória de concentração e descentralização dos espaços urbanos numa constante redefinição da relação centro - periferia que evidencia novas centralidades.

"É a natureza dessa trama urbana distendida de densidades múltiplas - que combina concentração com descentralização, localizações com fluxos, imóveis com acelerados e diversos ritmos de mobilidade no interior dos espaços urbanos - que redefine o par centro-periferia, a partir da constatação de que há várias centralidades em definição e diferentes periferias em constituição".
(SPÓSITO, 2001a, p.89)

As novas estratégias econômicas e locacionais de grandes grupos econômicos comerciais e de serviços interferem diretamente na estrutura urbana, alterando as relações do centro com o seu entorno e, também, com as suas áreas periféricas (distantes). Portanto, a concentração e descentralização que ocorre no urbano reflete em nova dinâmica no espaço intra-urbano, apresentando novas centralidades atreladas às novas localizações de grupos - empresas de comércio e de serviços, favorecendo a fragmentação espacial.

Neste processo de redefinição da relação centro-periferia, algumas dinâmicas são significativas devido ao impacto que provocam na estrutura do espaço urbano. Spósito (2001b) apresenta três pontos a saber:

- a. Nova lógica das indústrias com relação ao espaço (flexibilização do uso do espaço), através da diminuição das plantas industriais e separação entre gestão e produção, sendo que está última concentrando-se na periferia;
- b. Nova configuração do *habitat* urbano e diferentes formas de assentamentos humanos. Instalação de conjuntos habitacionais na periferia de metrópoles, grandes e médias cidades para população de baixo poder aquisitivo. Para população de classe média e alta os *villages* que divulgam a qualidade de vida, localizando-se fora e dentro das áreas urbanas e tem-se também as cidades satélites, exemplo Brasília, nas quais a função sócio-econômica está atrelada ao planejamento urbano.
- c. Novas localizações de equipamentos de consumo e prestação de serviços (*shoppings-centers*, hipermercados, centros empresariais, outros), que geralmente se instalam em áreas antes não loteadas, assim reforçando a produção de novas centralidades ou a polinucleação.

Considerando-se as dinâmicas expostas, a relação centro-periferia é modificada, proporcionando a alteração direta na configuração do espaço urbano com o surgimento de novas centralidades. No entanto, deve-se destacar, que na avaliação da morfologia urbana, com base em todas essas dinâmicas de estruturação, é preciso considerar a viabilidade proporcionada pelas vias de transporte e, mais especificamente, pelo automóvel, que possibilita o acesso aos novos espaços fragmentados.

Essa nova dinâmica privilegia interesses específicos, de valorização fundiária e imobiliária, que ocorrem por diferentes estratégias, a ponto de reconfigurarem o meio urbano com novos fluxos no interior da cidade.

Neste sentido, uma nova configuração da cidade surge através do tecido urbano em diferentes setores, como um mosaico, apresentando diferentes loteamentos, conjuntos habitacionais, equipamentos de comércio e prestação de serviços, como *shopping-centers* e hipermercados, além de outros. Assim, nota-se um novo crescimento urbano periférico, determinado pela instalação de equipamentos comerciais e de serviços, que provocam novas localizações de áreas residenciais, apresentando-se uma nova morfologia.

"Essa nova morfologia caracteriza-se pela expansão do tecido urbano, de forma intensa, mas descontínua. Os espaços urbanos se redefinem. Ao invés de aglomerações urbanas que designam contiguidade e adensamento populacional, de infra-estruturas e

equipamentos, produzem-se largas tramas urbanas que se redefinem por uma estruturação polinucleada, interna e externamente articulada por amplos sistemas de transporte e comunicação" (SPÓSITO, 2001a, p.85)

O reflexo direto do processo exposto acima pode ser notado na emergência de novas expressões da centralidade, pois surgem diversas localizações das atividades que tradicionalmente existiam no centro da cidade, mas que no entanto, estão agora distribuídos em diferentes setores do tecido urbano.

Com as novas expressões da centralidade torna-se evidente uma morfologia urbana com diferenças significativas no âmbito sócio-espacial o que trás implícito a discussão sobre "exclusão".

No que diz respeito a essa questão, nota-se a existência/manutenção de uma estratificação urbana, sendo que pode-se chegar à segregação urbana. Isso pode ser identificado na estratificação socioespacial, ou seja, através da especialização e localização de novas centralidades e conseqüentemente no público que freqüenta os diferentes lugares, como *shopping-centers*, ou então, a rua comercial do centro tradicional de uma cidade. Mas também na organização do espaço, como por exemplo na questão das moradias, esta diferenciação sócio-espacial é revelada.

"(...) uma *estratificação urbana*, correspondendo ao sistema de estratificação social (ou sistema de distribuição dos produtos entre os indivíduos e os grupos) e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, de *segregação urbana*. Num primeiro sentido, entenderemos por segregação urbana, a *tendência* à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia." (CASTELLS, 1983, p. 210)

Neste sentido a questão da moradia é ilustrativa, pois os bairros são na grande maioria das vezes homogêneos em sua constituição social interna, porém, com expressiva diferença em comparação a outros bairros e/ou setores da cidade. Isso é reflexo da diferenciação de renda dos indivíduos (moradores), e conseqüentemente do poder de compra que se reflete na questão da localização e na construção de suas moradias.

Essa questão é muito explícita no espaço urbano e de acordo com Côrrea (1997) chama-se "segregação". Esse processo é representado ou identificado nas áreas residenciais que possuem diferenciação devido a renda real de seus moradores, ou seja,

possui relação direta com a reprodução da força de trabalho. Constitui-se em áreas segregadas com nítida diferenciação social de outras, o que reflete nitidamente a reprodução das relações sociais da sociedade capitalista.

Anteriormente, neste texto, mencionou-se pontos essenciais para compreensão da relação centro-periferia, que possui contribuição direta na discussão a respeito da centralidade. Todavia, a mesma autora, Spósito, em seu artigo intitulado "*A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana*", realiza importante discussão acerca do tema, refletindo sobre a gestão do território da cidade e considerando-se as escalas geográficas. Neste contexto, a autora Spósito (1998) destaca quatro pontos (dinâmicas), presentes na formação de novas centralidades:

- a- novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços;
- b- rapidez de transformações econômicas que interferem na estruturação interna das cidades;
- c- novas dimensões na centralidade urbana observada no impacto das transformações não somente em metrópoles mas também em cidades médias;
- d- o uso do automóvel e a prática (valorização) do lazer, o que altera cotidiano das pessoas, como também a localização de equipamentos comerciais e de serviços;

Os pontos mencionados possibilitam a análise da centralidade urbana, apresentando a interdependência entre essas dinâmicas que envolvem a estruturação interna das cidades, desde a nova localização dos equipamentos de comércio e de serviços, o uso do automóvel, como também outros aspectos presentes, não somente em metrópoles e grandes centros, mas também, em cidades médias. Ainda destaca, a necessidade de analisar as especificidades do processo de redefinição da centralidade em cada cidade, ou seja, de suas dimensões, localizações e outros aspectos.

Refletindo-se sobre a dimensão de diferentes cidades e o processo de centralidade, tem-se que em grandes cidades, como também em metrópoles, a questão da centralidade ocorre há algum tempo; diferente de cidades menores, visto sua expressão tanto demográfica como econômica.⁶ De acordo com Spósito (1991) o processo de reestruturação urbana ocorre não somente em áreas metropolitanas, mas também, em cidades de porte menor. Portanto, no caso das cidades médias, o processo da centralidade também é

⁶ Estudos sobre a questão da centralidade são comuns principalmente em cidades grandes, ou metrópoles, como é o caso de São Paulo. No que diz respeito a mesma temática sobre cidades médias a situação se inverte, apesar de diversos estudos estarem sendo realizados, ainda não é expressivo o número de pesquisas que tem como objeto as cidades médias.

identificado, inclusive, pelo rápido processo de urbanização; sendo que a sua análise científica possibilitará compreender o mesmo processo que ocorre em grandes metrópoles.

O interesse de grandes empresas do setor comercial e de serviços mudou de foco ao diminuir a atenção de áreas metropolitanas e direcionar seus investimentos para núcleos urbanos menores como as cidades médias. Estratégias como esta, visando mercado, são um dos fatores que também favoreceu a expressão de novas centralidades em cidades médias.

2.3 - Cidades médias

A referência às cidades médias trás complexa discussão sobre a utilização e interpretação deste termo. Em diferentes trabalhos, a expressão cidades médias tem a sua referência no índice demográfico, o que mostra seu caráter classificatório; entretanto, em diferentes momentos ou contextos histórico e geográfico, ocorre variação populacional o que, conseqüentemente, altera o parâmetro para enquadramento do termo "cidades médias".

Conforme Andrade (1979) o estudo sobre cidades médias realizado pelo IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social - definiu na década de 1970 as aglomerações urbanas com população entre 50 mil e 250 mil habitantes como cidades médias. O critério utilizado refere-se ao tamanho demográfico o que na visão dos pesquisadores era conveniente e também correspondia aos interesses científicos da pesquisa. Mesmo não considerando outros critérios como os referentes a descentralização econômica e de ocupação territorial, a utilização do critério demográfico traz implícito algumas dimensões funcionais urbanas. Inclusive no referido estudo do IPEA é feita referência a outra pesquisa realizada com critérios de funcionalidade urbana e que seus resultados sobre a consideração de cidades médias é bastante coincidente com a pesquisa se privilegiou a dimensão demográfica.

Em Andrade (1979) a cidade de Bauru - SP já era considerada cidade média, no entanto, apresentada como um centro isolado devido não estar localizada em área metropolitana e nem mesmo compor uma aglomeração urbana. Também em Andrade (2001) a cidade de Bauru é considerada cidade média, isto de acordo com os critérios utilizados na obra. ⁷

⁷ Cidades Médias Brasileiras organizado por Thompson Almeida Andrade e Rodrigo Valente Serra, publicado pelo IPEA (2001), é uma coletânea de estudos referente ao crescimento das cidades médias brasileiras que colabora na discussão sobre o processo de desconcentração espacial populacional e das atividades econômicas do país.

Com base no censo de 1991 e tendo como limite 100 mil e 500 mil habitantes, Andrade (2001) considerou cidades de porte médio os centros urbanos dentro deste limite e que não estejam localizados em áreas metropolitanas como também não sejam capitais. Deve-se destacar que a definição de uma referência para a classificação das cidades médias com base no valor demográfico é útil, porem, traz problemas principalmente para as cidades que ficam próximas do limite fixado. Por outro lado sempre uma classificação terá seus critérios ou limites e essa inserção ocorrerá ou não.

Também os diferentes profissionais que estudam as cidades utilizam critérios relativamente comuns aos seus enfoques como interesses das diferentes pesquisas.

"... não existe uma idéia consensual do que seriam as cidades médias. Essa inexistência de consenso também ocorre no meio técnico-científico, onde, literalmente, não há uma definição cristalizada de cidade média, uma classificação que pudesse ser utilizada indistintivamente pelos sociólogos, economistas, arquitetos, geógrafos, demógrafos, embora dentro de cada especialidade seja possível encontrar algum acordo sobre a matéria.

... as definições de cidades médias sujeitam-se muito mais aos objetivos de seus pesquisadores ou dos promotores de políticas públicas." (AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, 2001, p.2)

A discussão acerca dos critérios sobre a definição de uma cidade média é grande. Algumas das questões que devem ser levadas em conta são: o objetivo da pesquisa; o país e/ou região que a cidade está inserida; a diversificação ou complexidade de bens e serviços prestados; relações interurbanas; e outros. Merece destacar que essas questões podem estar inseridas na definição de um índice demográfico, desde que se considere o momento histórico e fatores geográficos. Inclusive percebe-se nos diferentes estudos sobre cidades médias a presente referência ao índice demográfico.

"... o critério de classificação baseado no tamanho demográfico tem sido o mais utilizado para identificar as cidades médias, pelo menos como primeira aproximação. Tal critério toma a população urbana como *proxy* do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível de infra-estrutura existente e grau de concentração das atividades. Desse ponto de vista, embora não haja um acordo absoluto quanto aos limiares demográficos máximo e mínimo que podem conter o conjunto das cidades médias, há, em cada período

histórico, coincidentes patamares demográficos definidores desse conjunto de cidades nas mais variadas regiões do mundo." (AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. *Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional*. In: ANDRADE, 2001, p.3)

Nesta pesquisa, a consideração de dados demográficos será feita. No entanto, outros elementos serão privilegiados na caracterização da cidade média; como a divisão interurbana do trabalho e suas formas de expressão. É válido ressaltar, que a cidade média destaca-se em sua região e articula economicamente outras cidades menores, com metrópoles em uma dinâmica hierárquica de redes urbanas. Embora a questão da hierarquia venha sendo redefinida pelas possibilidades de contato direto entre cidades de diferentes tamanhos, independe de relações hierarquicamente definidas.

Destaca-se que de acordo com Andrade (1979) a maioria das cidades médias brasileiras, inclusive Bauru, tem predomínio de atividades terciárias, isto já apontado na década de 1970.

Nota-se atualmente na cidade de Bauru que a sua economia continua pautada no setor terciário (comércio e prestação de serviços).⁸ Segundo Toledo (1996), o comércio e a prestação de serviços é o responsável pela economia da cidade e deve continuar sendo nas próximas décadas. Essa vocação da cidade para o comércio e prestação de serviços justifica ainda mais a realização do estudo da centralidade urbana uma vez que esse setor da economia é o foco da temática centralidade.

As mudanças no processo da urbanização brasileira considerando as transformações em nível internacional da divisão social e territorial do trabalho como a discussão sobre a rede urbana, além de características particulares regionais, também são elementos que constituem a reflexão sobre esta questão.

Também o estudo da centralidade em uma cidade de porte médio pode ser compreendido pela atenção que se tem voltado principalmente nesta década aos seus estudos. A importância destas cidades está no oferecimento de bens e serviços aos seus moradores, no seu papel na rede urbana atual, enfim, numa nova configuração socioespacial.

⁸ De acordo com o IPEA (2001) *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configuração atual e tendências da rede urbana*. A cidade de Bauru apresenta um comércio atacadista, varejista e de prestação de serviços diversificado. Com relação ao setor secundário destaca-se a transformação de gêneros alimentícios sucroalcooleiro e óleos vegetais favorecido por outros municípios que compõem esse aglomerado urbano.

De acordo com Andrade (2001) em 1976 foi implantado o Programa Nacional de Cidades de Porte Médio na qual o objetivo era fortalecer as cidades médias através do financiamento da ampliação de infra-estrutura social e produtiva, porém, nas décadas de 80 e 90 esse programa perdeu importância. Na década atual, retomasse a temática cidades médias em inúmeras pesquisas devido fatores como a reconcentração espacial das atividades econômicas e da população. Essa afirmação pode ser notada conforme Andrade (2001) nos inúmeros eventos realizados sobre cidades de porte médio: Congresso em Mâcon (França 1995); Seminário em La Serena (Chile 1996); Simpósio em Chillán (Chile 2000); IV Simpósio Nacional de Geografia Urbana em Presidente Prudente (Brasil 1999).

2.4 - Planejamento e gestão

Uma importante questão que também será levada em conta na realização desta pesquisa diz respeito ao planejamento urbano (municipal). Ocorre que a aplicabilidade ou retorno desta pesquisa à sociedade e município objeto de estudo está no fato deste produto contribuir na gestão municipal.

Segundo Kohlsdorf in Farret (1985) o termo planejamento urbano é proveniente da Inglaterra e dos Estados Unidos e representa algumas críticas ao urbanismo e valoriza os estudos teóricos, porém, com predominância da prática, ou seja, o contato com a realidade.

A questão do planejamento urbano envolve fatores que interferem em importantes decisões diretamente refletidas no espaço de vida dos seus habitantes: o município.

O município necessita de planejamento que considere primeiramente um sistema de organização de informações que favoreça no conhecimento da real situação para que conseqüentemente a prefeitura tome decisões coerentes, ou seja, realize intervenções. Isso principalmente pelo fato de o poder público ser o principal responsável pelo desenvolvimento urbano.

Portanto, no ato de planejar deve-se estar ordenando o desenvolvimento dos recursos existentes de forma que o planejamento municipal considere o município (local) defendendo os seus interesses diante das dinâmicas econômicas nacionais e globais.

Através do planejamento urbano analisa-se a cidade identificando problemas e buscando soluções que estão atreladas as intervenções realizadas pelo poder público.

"(...) A cidade tornou-se uma entidade observada à luz de raciocínios que se voltam a definir problemas na mesma, e a propor soluções para eles, compondo um movimento de controle dos processo urbanos. Esta característica foi fazendo com que o planejamento urbano se afirmasse como instituição intimamente associada ao

poder público e, obviamente, com ele comprometida."
(KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: FARRET, 1985, p.34)

Uma visão de planejamento eficiente comprometida como bem estar da população como de todo o município necessita buscar conhecer profundamente a situação sobre a qual irá se interferir.

Com o planejamento urbano a cidade é enfocada por procedimentos racionais que levam a tomada de decisões que conduzem os processos urbanos à objetivos determinados anteriormente. Essa postura de analisar a cidade através do planejamento urbano favorece que diversas disciplinas ou profissionais como geógrafos, historiadores, sociólogos, outros, contribuam nos estudos urbanos. Entretanto, deve-se salientar que toda essa multidisciplinaridade também encontra dificuldades para se chegar numa globalidade da questão urbana.

No caso específico da questão da centralidade urbana, o seu levantamento, com posterior análise, possibilita aos gestores municipais o conhecimento das características da situação de desenvolvimento e crescimento urbano de sua cidade. Deste modo, diagnósticos como prognósticos podem ser realizados orientando ou permeando a administração municipal nas intervenções necessárias.

Aspectos da centralidade urbana como a relação centro - periferia e o seu estudo favorece nas intervenções do poder municipal em setores como o transporte, habitação, e outros.

Também merece ênfase que a estrutura econômica externa através de investidores e grandes empresas como *shoppings-centers*, hipermercados, são responsáveis por alterações provocadas no município logo pesquisa desta natureza pode colaborar no direcionamento dos investimentos.

3. Caracterização da área de estudo: A cidade de Bauru - SP

Buscando entendimento da situação da questão espacial e da centralidade, atrelados aos objetivos expostos da pesquisa, apresenta-se algumas informações sobre a cidade de Bauru SP.

A cidade de Bauru está localizada nas coordenadas Latitude sul 22° 19' 19" e Longitude w. Gr. 49° 04' 15" . A sua distância da capital paulista por rodovias totalmente duplicadas (Marechal Rondon / Castelo Branco) é de 326 Km., já em linha reta esta distância diminui para 285 km.

Bauru é sede da 7ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, compreendendo 39 municípios, estando geograficamente no centro oeste do interior paulista. Sua localização geográfica a favorece por constituir-se em um dos maiores entroncamentos rodo-hidro-ferroviário da América Latina. A malha rodoviária como o também transporte ferroviário favorece o acesso a outras regiões do país e ao Mercosul.

A economia bauruense esta baseada no comércio e prestação de serviços. Sua população, está praticamente toda concentrada na área urbana, 98% do total contra o restante 2% na área rural.

"A malha rodoviária é outro componente importante da logística regional, viabilizando acesso a todo o território paulista. (...) O município é considerado o maior entroncamento rodo-hidroferroviário do interior da América Latina. (...) O transporte ferroviário, operado pela Novoeste e pela Fepasa, é uma tradição na cidade e região. (...) A cidade possui diversificado comércio atacadista, varejista e de prestação de serviços. No setor secundário, destaca-se o *agrobusiness* nos ramos de transformação de gêneros alimentícios, sucroalcooleiro e óleos vegetais. Seu parque industrial é diversificado." (IPEA 2001 - Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configuração atual e tendências da rede urbana. p 345)

A cidade de Bauru compreende uma área total de 673,47 km², e uma população total de 316.064 habitantes (residentes), sendo 310.442 moradores da área urbana e apenas 5.622 moradores da área rural.⁹

O surgimento de Bauru, como o seu crescimento e desenvolvimento urbano, está intimamente relacionado a instalação das ferrovias: Sorocabana (1905), Noroeste (1905) e Paulista (1910), que tinham como objetivo a integração em direção ao estado de Mato Grosso e países como Paraguai e Bolívia.¹⁰

A estruturação da cidade ocorreu levando-se em conta as ferrovias, inclusive a ocupação urbana direciona seus eixos de crescimento de acordo com o traçado ferroviário. Junto a instalação das ferrovias e toda infra-estrutura necessária ocorre a chegada de

⁹ Dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo demográfico 2000.

¹⁰ A data de emancipação de Bauru à município é o ano de 1896, no entanto, o núcleo de povoamento já existia em período anterior, inclusive houve doações de terras para esse núcleo datadas de 1884 e 1893.

Maiores informações ver: LOPES JUNIOR (2000).

população crescente; o que provoca a criação de avenidas e loteamentos, bem como o surgimento de vilas distantes numa descontinuidade urbana.¹¹

4. Resultados preliminares

Constatou-se por observações preliminares sobre o tema desta pesquisa, que em áreas do centro tradicional, onde em grande maioria encontravam-se residências de famílias tradicionais, está se instalando diferentes tipos de comércio e serviços num processo de expansão do centro. Foi constatado também, em alguns pontos do centro tradicional, expressivo processo de verticalização sendo que construções antigas foram substituídas por edifícios residenciais. Outro aspecto notado diz respeito a instalação de comércio direcionado para população de menor poder aquisitivo, que depende do transporte coletivo.

Em áreas mais distantes do centro tradicional, observa-se o desdobramento da área central; principalmente no eixo de importantes avenidas, onde ocorre a segmentação do comércio e serviços que são direcionados, ou melhor, atendem principalmente ao público que não depende do transporte coletivo.

No caso de alguns setores da cidade distantes do centro tradicional, principalmente em núcleos habitacionais - populares - surgem comércios e serviços que atendem em parte as necessidades de seus moradores.

Outros aspectos ainda serão considerados, estudados, para que obtenha-se resultados significativos à análise da questão do centro - centralidades na cidade de Bauru SP.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thompson A., SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, Thompson A., LODDER, Celsius A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CÔRREA, Roberto Lobato. **Trajétoérias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FARRET, Ricardo L.; GONZALEZ, Suely Franco Netto; HOLANDA, Frederico de;

IPEA; IBGE; UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: configuração atual e tendências da rede urbana. Brasília: IPEA, 2001. v.1, 396p.

LOPES JUNIOR, Wilson Martins. **Análise das áreas verdes da cidade de Bauru - SP**. Presidente Prudente, 2000, 179 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente - SP.

¹¹ LOPES JUNIOR, Wilson Martins. **Análise das áreas verdes da cidade de Bauru - SP**. Presidente Prudente, 2000, 179 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente - SP.

- PINTAUDI, Silvana Maria; FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *Shoppings centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. Trad. Antônia Dea Erdens, Maria Auxiliadora. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo 1978.
- SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. *Território*, São Paulo, n. 4, p. 27-37, 1998.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: *O espaço no fim do século - a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001a, p.83-99.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: GASPEER/UNESP, 2001c, p. 235-253.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Revista de Geografia*, São Paulo, v. 10, p. 1-18, 1991.
- TOLEDO, Paulo. Bauru deve manter vocação para comércio e prestação de serviços. *Jornal da Cidade*, Bauru, 1 Ago. 1996. Suplemento Perspectiva, p.2
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.